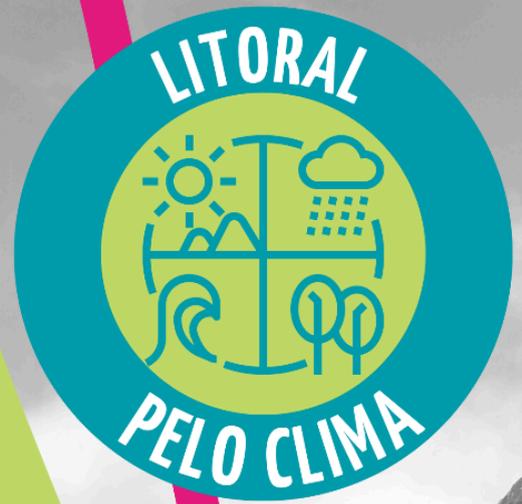


ACÇÕES PARA A ADAPTAÇÃO E JUSTIÇA CLIMÁTICA NO LITORAL DO PARANÁ.



INSTITUTO
ecoe



MANIFESTO LITORAL PELO CLIMA

Lista de recomendações

Eixo temático 1: Gestão de Riscos, Justiça Climática e Adaptação

A gestão de riscos de desastres e a adaptação das cidades do litoral às mudanças climáticas é condição fundamental para proteger as cidades, em especial as comunidades mais expostas a estes impactos e com menor capacidade de resposta adaptativa a desastres. A promoção da justiça climática, por meio da redução de riscos, exige fortalecer a governança, bem como a elaboração de planos de adaptação climática, a implementação de estratégias de enfrentamento a desastres, com foco na prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

Recomendações:

1. Elaboração e implementação do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR).
2. Aprovação e/ou implementação das estratégias e ações previstas no Plano Municipal da Mata Atlântica, de seu município.
3. Adesão à Comissão Permanente de Cidades Atingidas ou Sujeitas a Desastres (Casd) da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP).
4. Adesão ao Programa Cidades Resilientes 2030.
5. Elaboração, de forma participativa, e implementação de uma Política Municipal de Adaptação Climática e um Plano Municipal de Ação Climática, em acordo com as diretrizes do novo Plano Clima Participativo, bem como o Plano de Paisagem Regional do litoral, previsto no Plano de Ação Climática do Estado do Paraná.
6. Elaboração do Plano de macro e microdrenagem urbano, priorizando medidas com baixo impacto ambiental e tecnologias sociais, como as Soluções baseadas na Natureza (SbN), engenharia natural e infraestrutura verde.
7. Incorporar, de forma transversal, a problemática climática na revisão de planos diretores e planos setoriais.
8. Criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mudança do Clima, bem como do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Mudança do Clima, revisando o regimento interno do atual conselho, com foco na ampliação da participação popular e da academia.
9. Fortalecimento e capacitação da Defesa Civil municipal.
10. Implementação e/ou aprimoramento sistemas de monitoramento de riscos de desastres, inclusive fomentando a ciência cidadã a partir de oficinas de capacitação.

11. Implementação de medidas de comunicação dos riscos (placas, alertas, rotas de fuga, entre outros), garantindo a acessibilidade.
12. Investimento em pesquisa e inovação para adaptação do clima e mitigação de emissões, por meio do desenvolvimento de mecanismos financeiros, bem como atuar, junto ao governo federal, para a regulamentação do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, previsto pela Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.
13. Fomento de obras e equipamentos públicos multifuncionais, relacionando áreas de lazer com funcionalidades para a mitigação dos riscos climáticos, como a retenção de água da chuva, melhoria na drenagem, entre outros.
14. Fomento de soluções de adaptação realizadas pelas comunidades tradicionais.

Eixo temático 2: Saneamento básico e Saúde Pública

Dentre as projeções climáticas para as cidades do litoral, destacam-se o aumento na intensidade e frequência de chuvas fortes, bem como de extremos de calor, o que exige a adoção de estratégias de enfrentamento às consequências destas mudanças na saúde da população.

Propostas:

1. Elaboração e ou implementação do Plano Municipal de Arborização Urbana, com foco na redução das ilhas de calor nas cidades.
2. Adoção de medidas de resposta, por meio da integração entre secretarias de assistência municipal e de saúde, durante extremos de calor, com atenção especial à populações vulneráveis, como idosos e pessoas em situação de rua.
3. Adoção de medidas de resposta, por meio da secretaria de meio ambiente, voltadas à proteção de animais de rua, com foco na promoção da adoção responsável e combate ao abandono de animais.
4. Ampliação da coleta seletiva e coleta de orgânicos para compostagem, sob perspectiva do conceito Lixo Zero.
5. Elaboração e/ou implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, com foco na prevenção e redução de danos em consequência do aumento na intensidade e frequência de chuvas fortes.
6. Ampliação e fortalecimento da fiscalização para a prevenção do crescimento do *Aedes aegypti*, por meio de soluções focadas na solução e prevenção.
7. Adoção de protocolo de comunicação junto à comunidade para assegurar a proteção de pessoas e animais em situações de uso do fumacê para o combate do *Aedes aegypti*, para proteger outras espécies, como abelhas nativas.

Eixo temático 3: Mobilidade Ativa, sustentável e Inclusiva

A adaptação das cidades às mudanças climáticas também demanda a promoção do direito à cidade e, para isto, é fundamental aprimorar a mobilidade urbana nas cidades, de forma a conciliar rapidez e segurança, com sustentabilidade e inclusão social.

Recomendações:

1. Elaboração e/ou aprovação e implementação de Planos Municipais de Mobilidade Urbana (PMMU) e de Transporte Público Coletivo (PMTPC), com foco no investimento na segurança e eficácia no uso modos de transporte não motorizados e coletivos.
2. Estimular o uso da bicicleta no funcionalismo público.
3. Garantia de acessibilidade segura, eficiente e confortável nas calçadas da cidade, onde há grande fluxo de pessoas, principalmente onde circula transporte coletivo.
4. Incentivo à criação de parklets em áreas comerciais e de convivência urbana.
5. Elaboração, em parceria com o governo do estado, de um plano de mobilidade intermunicipal, para garantir a mobilidade segura de usuários de modais não motorizados e modais coletivos.

Eixo temático 4: Educação Ambiental Climática e Participação Comunitária

A educação ambiental climática, junto ao fortalecimento da participação comunitária na educação formal e não formal, bem como a participação ativa da sociedade na governança climática é essencial para a adaptação das cidades às mudanças climáticas.

Recomendações:

1. Implementação de programas de educação ambiental climática, voltada à jovens, comunidades, bem como ao corpo docente de instituições de ensino, com foco na sensibilização ao risco climático e ao auxílio à tomada de decisão familiar e comunitária em situações de risco de desastres.
2. Aproximação das associações de bairro à academia, por meio da construção e/ou capacitação de conselhos comunitários, responsáveis por auxiliar na formulação e monitoramento de ações voltadas ao enfrentamento às mudanças climáticas.
3. Desenvolver campanhas de sensibilização ambiental e climática, incentivando práticas regenerativas, bem como voltadas a ensinar a população a agir em situações de risco de desastres.
4. Desenvolver programas de monitoramento climático de base comunitária, envolvendo comunidades escolares e associações de moradores, produzindo ciência como parte da educação ambiental climática.
5. Fomento à criação dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs).

Eixo temático 5: Resiliência Costeira e Conservação de Ecossistemas

O litoral do Paraná, integrante do maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do país, vem enfrentando um aumento de riscos provenientes de erosão, perda de terra para o mar, e aumento da degradação de ecossistemas sensíveis e essenciais para o ecossistema costeiro e às atividades humanas como os manguezais e as restingas. Preservar e restaurar estes ecossistemas é essencial para a proteção das cidades e das comunidades contra os impactos das mudanças climáticas, além de contribuir para a captura e incorporação de carbono, serviço ecossistêmico em que os manguezais se destacam, pela alta capacidade de estoque. A gestão eficaz de ecossistemas sensíveis auxilia na manutenção da vida marinha, promovendo equilíbrio ecológico, melhor manutenção da qualidade das águas e a manutenção de espécies de interesse econômico para a comunidade pesqueira.

Recomendações:

1. Elaboração e implementação, por meio de parcerias com instituições de pesquisa e organizações não-governamentais locais, programas de monitoramento e recuperação de manguezais, restingas e outros ecossistemas costeiros.
2. Implementação de monitoramento do aumento do nível do mar, dinâmica da maré e do processo de erosão costeira.
3. Revisão e/ou elaboração de planos de manejo adaptativos para unidades de conservação costeiras já existentes, em conjunto com as populações do entorno.
4. Criação de um comitê intersetorial, junto às comunidades caiçaras, populações vulneráveis e especialistas, para a busca de soluções para o conflito acerca das ocupações em áreas de preservação permanente.
5. Buscar a construção de parcerias com cidades costeiras, para aprender com experiências de preservação e conservação de ecossistemas marinhos.
6. Avaliação da criação de unidades de conservação de uso sustentável na região costeiro-marinha, como prevê os Planos Municipais da Mata Atlântica, a fim de promover e conservar os serviços ecossistêmicos que contribuam para a resiliência, especialmente no que se refere ao aumento do nível do mar.
7. Investimento do ICMS Ecológico arrecadado em ações socioambientais.

Eixo temático 6: Fomento às novas economias

As características socioculturais e ambientais do litoral do Paraná, oferecem um grande conjunto de oportunidades para o desenvolvimento social e econômico do território. Aproveitar essas potencialidades demanda de ações voltadas ao investimento em novas economias, como a economia criativa (turismo ecológico e de base comunitária, produtos étnicos e culturais, como o artesanato, música e expressões artísticas, entre outros) economia verde e economia azul (gestão de resíduos, aquicultura e agricultura sustentável, mercado de carbono, energias renováveis), para oportunizar o crescimento econômico, redução das desigualdades e maior arrecadação municipal, integradas à preservação, restauração e conservação das nossas belezas naturais e da cultura local. O fomento a estas novas economias ajudará a mitigar os riscos econômicos e socioambientais associados às mudanças climáticas.

Recomendações:

1. Adesão de seu município à Grande Reserva da Mata Atlântica (GRMA).
2. Promoção de políticas de incentivo ao mercado do Carbono Azul, visando a valoração econômica dos serviços ecossistêmicos dos manguezais.
3. Promoção de políticas de incentivo à agricultura familiar com especial atenção a técnicas de base sustentável, como os Sistemas Agroflorestais (SAFs) e a preservação de sementes crioulas, bem como a produção de abelhas nativas.
4. Apoio ao desenvolvimento de categorias de turismo de base sustentável, com atenção especial à promoção do Turismo de Base Comunitária, incentivando e auxiliando na formalização e gestão de práticas associativistas, elaborando políticas a partir do envolvimento e escuta das comunidades insulares e tradicionais.
5. Implementação de programas de capacitação técnica, gerencial, bem como de letramento digital, ambiental e climático para trabalhadores e empreendedores das economias verde, azul e criativa.
6. Implementação de melhorias na infraestrutura de acesso ao turismo, com foco na sustentabilidade, implantando sistemas de gestão de resíduos, eficiência energética, bem como no uso de materiais ecológicos em construções e reformas, fomentando programas de certificação de empreendimentos de turismo ecológico, com especial atenção ao Turismo de Base Comunitária.
7. Incentivo e auxílio na estruturação de redes de turismo, como a Rede Caiçara de Turismo Comunitário e a Rede de Anfitriões do Litoral do Paraná.
8. Elaboração, em conformidade com o Decreto Nº 11.646/2023 de uma política de incentivo para negócios voltados à resolução de problemas sociais e ambientais, conhecidos como “negócios de impacto”.
9. Fomento aos centros de inovação do território.

Eixo temático 7: Políticas Públicas e Governança Ambiental

O enfrentamento às mudanças climáticas é transversal, exigindo, da parte da gestão pública, que o tema atravesse seus diferentes setores, sendo integrado às diferentes secretarias e demais órgãos da administração municipal, bem como na análise e tomada de decisão por órgãos de governança municipal, como os conselhos municipais. Além disto, a gestão municipal precisa estar alinhada e ser agente ativo em tomadas de decisão nas instâncias estadual e federal. Para além disto, para uma governança que atue na defesa do desenvolvimento social com - e a partir da - preservação da natureza, se faz necessária uma tradução jurídica e legislativa do reconhecimento da nossa Mata Atlântica, e suas complexidades socioambientais, com um ser de direitos, para que assim sua importância possa ser devidamente materializada na prática.

Recomendações:

1. Fortalecimento da articulação entre governos municipais, estaduais e federais na elaboração dos Planos de Paisagem Regional do Estado do Paraná e na elaboração do Plano Clima Participativo.
2. Fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral do Paranaense (COLIT), garantindo a composição paritária.
3. Realização, em parceria com a comunidade acadêmica e 3º setor, da Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente e das Cidades
4. Criação de um comitê intermunicipal e intersetorial, para a elaboração de propostas para a Conferência Nacional de Meio Ambiente e das Cidades.
5. Revisão e monitoramento da implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS Litoral).
6. Proposição de um diálogo com a sociedade civil e entidades, a fim de promover o reconhecimento da natureza, e suas complexidades locais, com sujeito de direitos na Lei Orgânica de seu município.
7. Fomento aos observatórios sociais e outras organizações não governamentais com atuação na adaptação climática.